

- **MAPUTO**
Escritórios assistem mais de 16 mil cidadãos. (Ler na página 2)
- **NACIONAL**
Recuperada em Xai-Xai 15 vitórias roubadas. (Ler na página 3)
- **INTERNACIONAL**
Líder partidário não-bomense suspenso por desvio de fundos. (Ler na página 5)

notícias

Director interino, Benjamim Faduco ♦ Maputo segunda-feira, 6 de Maio de 1991 ♦ Preço: 50,00 MT

viva
o Presidente
Chissano

DEPOIS DE VÁRIOS ADIAMENTOS

MEDIADORES CONFIRMAM INÍCIO DO DIÁLOGO DE PAZ

● Encontros preliminares estão já concluídos

por Teodoro Angelo, nosso enviado especial

As conversações entre o Governo moçambicano e a Renamo para o estabelecimento da paz em Moçambique poderão iniciar-se na tarde de hoje, segunda-feira, na capital italiana, Roma, segundo o «Notícias» junto dos mediadores. Com efeito, foram concluídos os encontros preliminares sobre o «Notícias» junto dos mediadores. Com efeito, foram concluídos os encontros preliminares sobre o «Notícias» junto dos mediadores. Com efeito, foram concluídos os encontros preliminares sobre o «Notícias» junto dos mediadores.

Com os elementos que compõem as delegações intervenientes neste processo a democracia, por um lado, um certo nacionalismo e, por outro, um optimismo, na presente ronda, cuja duração se desconhece, estarão em discussão temas de natureza política ligados ao cessar-fogo na guerra que travou o país há mais de 15 anos. Embora não nos tenha sido possível apurar os pontos e posições que deverão ser apresentados e defendidos pela delegação governamental moçambicana, chefiada pelo Ministro dos Transportes e Comunicações, Armando Guebuza, «por ser matéria negociada», sabe-se que esta vem mandatada com plenos poderes para discutir e decidir sobre as questões

políticas que se colocarem na mesa dos negociadores. O Ministro Guebuza que disse não ter vindo a Roma à procura dos documentos, já tornou claro, e por diversas vezes, que a delegação que chefiar não só está interessada e determinada a prosseguir as negociações com sucesso, como também a discutir as questões políticas ligadas ao cessar-fogo na guerra entre a Renamo, visando a normalização da vida das populações. Como se pode reconhecer, em qualquer processo do género, o excesso de declarações públicas, sobretudo neste momento em que a ronda é caracterizada por sucessivos adiamentos desde o mês passado, pode ser prejudicial e a natural reserva

da delegação governamental sobre estas questões é aqui entendida como resultado da sua experiência política e diplomática. Se a delegação governamental e mesmo os mediadores mantêm um certo reservismo, e Renamo já deu a conhecer os seus pontos e as suas posições com o seu comunicado sobre o ataque a Rossimo (cerca no passado dia 1), como também na entrevista que o chefe da delegação da Renamo, General Raul Domingos, concedeu ao «Notícias» no último sábado aqui na capital italiana. De acordo com o entrevistado, na ronda que hoje se inicia, a Renamo traz as suas posições públicas, nomeadamente a discussão daquilo que chama de «garantias

informais», como são os casos da lei dos partidos, lei eleitoral, lei de imprensa, a formação e governo de transição e os países organizadores que irão supervisionar a formação do exército e polícia nacionais, bem como a revisão da actual Constituição da República.

Em relação ao cessar-fogo, a delegação da Renamo, seria fácil. O mesmo documento de instigação lêem os dois enviados substitutos, David Lautscher e Coronel Van Tonder, o primeiro do Ministério dos Negócios Estrangeiros, e o segundo tido como oficial-chefe da contra-inteligência militar de Pretória. Nos anos 80, o nome de Van Tonder foi frequentemente mencionado como um dos oficiais sul-afrikanos mais envolvidos na guerra de desestabilização contra Moçambique. A leitura que se faz em Roma sobre a presença de emissários sul-afrikanos é a de que eles teriam vindo por vontade de lábia para ajudarem a intermediação do processo negociado. Entretanto, poderá a para avançar alguns dados sobre o texto de proposta de Constituição para Moçambique que foi elaborado por um grupo de norte-americanos, pertencentes a organizações da ultra-direita, para a Renamo levar à mesa das conversações. De autores do texto de dezasseis páginas, na versão original em inglês, são: Alan Keys, da «American Enterprise Institute», Michael Johns, da «Heritage Foundation», Howard Philips, da «Conservative Caucus», e William Bill Jr., membro do «Leadership Council» de Cauxas. As instituições que estarão por detrás deste projecto de «constituição» Renamo são a «Conservative Caucus», o «Council on National

A mesa de negociações

Renamo poderá levar sua proposta de Constituição

por Tomás Vieira Mário, da AIM, em Roma

Mantém-se incerto o reinício em Roma das conversações entre o Governo moçambicano e os bandidos da Renamo, embora pareça que as condições a rigorosas das duas delegações podem vir a encontrar-se hoje, segunda-feira.

Depois de paradas as expectativas dos dias 2 e 3 do corrente, as informações em circulação são, além de vagas, pouco claras. Tudo leva a crer, contudo, que a lição acabará por acionar fortalecer o rádio-link (rádio de ligação) que a Renamo exige entre Roma e a sua base em Coimbrão, na provincia central de Sofala.

Esse «link» já existe desde os princípios de Abril, quando a lição foi construído pelo comando da Renamo, Alberto Dhlakara, para consultas com os seus embaixadores às conversações.

A delegação governamental moçambicana, tem-se mostrado extremamente agastada com o que vem alegando como «puros e rudes golpes dilatórios da Renamo», nas palavras aqui usadas.

Igualmente agastada com os sinuosos caminhos do processo de paz moçambicano é a equipa dos mediadores, os quais, segundo nos consta, teriam tentado mostrar à delegação da Renamo que as conversações deviam ser retomadas, enquanto decorria a operação de instalação do tal aparelho de comunicação de mensagens.

Até porque, foram considerados os mediadores, uma vez que Alfonso Orlandini tem estado nos últimos dias na Europa, o contacto entre ele e a delegação liderada por Raul Domingos, o chefe do Departamento das Relações

Exteriores da Renamo, seria fácil. O mesmo documento de instigação lêem os dois enviados substitutos, David Lautscher e Coronel Van Tonder, o primeiro do Ministério dos Negócios Estrangeiros, e o segundo tido como oficial-chefe da contra-inteligência militar de Pretória. Nos anos 80, o nome de Van Tonder foi frequentemente mencionado como um dos oficiais sul-afrikanos mais envolvidos na guerra de desestabilização contra Moçambique. A leitura que se faz em Roma sobre a presença de emissários sul-afrikanos é a de que eles teriam vindo por vontade de lábia para ajudarem a intermediação do processo negociado.

Entretanto, poderá a para avançar alguns dados sobre o texto de proposta de Constituição para Moçambique que foi elaborado por um grupo de norte-americanos, pertencentes a organizações da ultra-direita, para a Renamo levar à mesa das conversações.

De autores do texto de dezasseis páginas, na versão original em inglês, são: Alan Keys, da «American Enterprise Institute», Michael Johns, da «Heritage Foundation», Howard Philips, da «Conservative Caucus», e William Bill Jr., membro do «Leadership Council» de Cauxas. As instituições que estarão por detrás deste projecto de «constituição» Renamo são a «Conservative Caucus», o «Council on National

Policy», a «Heritage Foundation» e o «Mozambique Research Centre» de Tom Scheer, um dos elementos-chave no apoio à Renamo nos círculos desleais nos Estados Unidos.

No que refere especificamente à proposta constitucional da Renamo, o seu redactor foi Bruce Linn, identificado como especialista em Direito, Constitucional e Internacional, e que, no passado, também pertenceu à ultra-conservação «Heritage Foundation», sendo actualmente membro da «Coalition para a Segurança Inter-Americana», mais uma das inúmeras organizações americanas de extrema-direita.

O texto de 13 artigos, resultado de uma fogueira oficialmente informada, começa, logo no primeiro, por declarar preferível viabilizar um «governo responsável de alianças negras», em homenagem aos bravos e valentes que lutaram contra os opressores internos e internos e contra os «oppressores» de Moçambique.

Logo no primeiro artigo defende-se a extinção das «forças da polícia secreta ou de segurança», visto elas serem organizações «sem lei» e «veteranamente em luta contra a liberdade».

Mas, ainda no quadro do primeiro artigo, ao mesmo tempo que são proibidas «a tortura ou qualquer outra punição cruel», a pena de morte por crimes graves será licita.

No seu artigo quatro que trata das «liberdades económicas e privadas», o texto elaborado para a Renamo defende, em linguagem violenta, a devolução dos bens tomados pelo Estado nos primeiros anos da independência.

«Um Tribunal de justiça», deverá dirigir o processo da devolução dos «bens ou seu equivalente em dinheiro» aos antigos proprietários, que foram «robados, saqueados ou expropriados pelos líderes mambistas da Frente» e «isto a expressão ao preceito».

Por outro lado, o Presidente da República — que aparece no texto com «poderes quase ilimitados», podendo mesmo os previstos na Constituição americana — «fora as medidas necessárias para recuperar bens que por meios ilícitos estiverem na posse de partidos políticos ou de seus membros segundo a constituição desta proposta Constituição».

O texto diz ainda que «o congresso» — nome que deverá tomar o parlamento moçambicano — «deverá promulgar leis que declaram a privatização de todas as empresas estatais, bancos e outros bens no prazo de um ano após a entrada em vigor desta Constituição».

A constituição dos Estados Unidos, «os poderes legislativos nacionais serão atribuídos ao congresso da República do Moçambique, que será composto pelo senado e pela câmara dos representantes».

Ainda não se confirma se o autor da proposta constitucional, Bruce Linn, chegou à Roma nos próximos dias para assessorar mais de perto a equipa da Renamo. Também não se confirma se a Renamo vai de facto levar o mesmo texto à mesa das conversações.

Mas sabe-se que o texto chegou ao Departamento de Estado norte-americano, que o está a analisar com «bastante curiosidade», segundo uma fonte diplomática em Washington. Importa notar, entretanto, que esse texto surge na sequência de um apelo enviado da Renamo em Washington, pedindo ajuda em assessores e em dinheiro.

Nesse apelo, feito em Março, são indicadas duas necessidades da Renamo: assessores especializados em assuntos diplomáticos, constitucionais, executivos e de governação, e uma soma de 214 milhões, para sustentar as despesas com a assessoria.

Diz-se no mesmo apelo que os financiadores do projecto seriam compensados em juízo de um acordo que seria consensual pela Renamo sob o «Comitê da Beira», e teriam ainda direito de ingresso imediato na «Mozambique Business Association», uma organização liderada pelo milionário conservador, James Bancelal, e um membro da origem portuguesa, António Rodas.

O título de ingresso imediato na «Mozambique Business Association» referido nesse apelo como um ingresso numa organização «sem fins lucrativos» que vai permitir aos seus membros acesso a um país rico em recursos, e que terá o leão «Hong Kong de África». — (AIM)